



PÊCHEUX, FOUCAULT E A PANDEMIA: NOTAS DISCURSIVAS SOBRE REPRESENTAÇÕES DE ENSINO-APRENDIZAGEM EM TEMPOS DE COVID-19

PÊCHEUX, FOUCAULT AND THE PANDEMIC: DISCURSIVE NOTES ON REPRESENTATIONS OF TEACHING-LEARNING IN TIMES OF COVID-19

Éderson Luís Silveira¹

Lucas Rodrigues Lopes²

Recebido em: 08 mar. 2021

Aceito em: 21 jun. 2021

DOI: 10.26512/aguaviva.v6i2.36838

RESUMO: O presente texto busca tecer gestos de interpretação acerca de recortes discursivos extraídos de uma entrevista realizada em 2020 e publicada no jornal *O Globo*. Teoricamente, utilizaremos alguns pressupostos de Pêcheux e de Foucault, considerando aproximações e distanciamentos entre as vertentes de análise do discurso institucionalizadas a partir dos estudos de ambos os autores. Este texto serve, assim, para somar a outros estudos já efetuados, como um preâmbulo de diferenciação entre as teorias, ao mesmo tempo em que visa lançar luzes, sob um viés discursivo, para a história do presente, sobretudo no contexto educacional em que estamos situados em meio à pandemia da COVID-19.

Palavras-chave: Análise do discurso. Pêcheux. Foucault. Coronavírus. Pandemia.

ABSTRACT: This paper seeks to make gestures of interpretation about discursive clippings extracted from an interview conducted in 2020 and published in the newspaper *O Globo*. Theoretically, we will use some assumptions by Pêcheux and Foucault, considering approximations and distances between the aspects of discourse analysis institutionalized from the studies of both authors. This text serves, therefore, to add to other studies already carried out, as a preamble of differentiation between theories, while aiming to shed light, under a discursive bias, to the history of the present, especially in the educational context in which we are situated in the midst of the COVID-19 pandemic.

Keywords: Discourse analysis. Pêcheux. Foucault. Coronavirus. Pandemic.

¹ Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Membro-Pesquisador dos Grupos de Pesquisa Michel Foucault e os Estudos Discursivos (UFAM/CNPq) e Formação de Professores de Línguas e Literatura (FORPROL/CNPq). E-mail: ediliteratus@gmail.com

² Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em Linguística Aplicada pela Unicamp. E-mail: identidadesfragmentadas@gmail.com



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Segundos dados do Banco Mundial (2020)³, mais de 130 mil escolas brasileiras estão fechadas e cerca de 47 milhões de alunos estão sem aulas presenciais desde o fechamento dessas instituições para conter a propagação da COVID-19. Sem data definida para a volta às aulas, muito tem sido discutido sobre os rumos da Educação com o (incerto) fim da quarentena. Diante de toda essa crise pandêmica e diante desse cenário de incertezas, o governo editou uma medida provisória que dispensa as escolas de cumprir os 200 dias anuais letivos, mas manteve a carga horária de 800 horas.

A análise do discurso é uma disciplina que, desde a década de 1960, permite que estudiosos de diversas áreas do conhecimento possam analisar e tecer gestos de interpretação acerca do mundo à nossa volta. Considerando a existência de uma série de teóricos–base nesse âmbito, elegemos dois deles para o trajeto analítico que vamos propor: Michel Pêcheux – e seu grupo – e Michel Foucault, considerando que há especificidades e aproximações possíveis entre os autores. Assim, o que este texto propõe é uma análise discursiva acerca das representações de ensino-aprendizagem em tempos de COVID-19.

Faremos isso com base em recortes discursivos veiculados por especialistas em Educação, com o objetivo de refletir sobre como os discursos produzidos pela mídia têm contribuído para a construção do imaginário social sobre professores e sobre a educação em tempos (pós-) pandêmicos. Para isso, nosso percurso partirá da aproximação e distinção teórica acerca de alguns conceitos utilizados (e de outros inter-relacionados) para, então, se ater a recortes discursivos extraídos do jornal *O Globo*, que efetuou uma série de entrevistas com especialistas em Educação sobre os desdobramentos da pandemia na área de ensino-aprendizagem no ano de 2020.

Ferramentas teórico-metodológicas: entre tensões e possibilidades

Para o desenvolvimento deste trabalho, consideraremos os estudos do discurso, conforme propostos por Pêcheux (2009), sendo que, dentro dessa vertente teórica, tem-se a noção de discurso como efeito de sentido entre interlocutores (situados sociohistoricamente).

³ Disponível em: <<www.worldbank.org>> Acesso em 19 jan. 2021.



Também consideraremos a noção de discurso a partir de Foucault (1997) para quem o discurso pode ser visto como prática que constrói os objetos a que se refere. É preciso, então, notar que nos estudos discursivos não se defende a neutralidade ou a busca de verdades irrefutáveis. Os sujeitos são sujeitos de linguagem e isso significa, então,

[p]erceber que não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade. Saber que não há neutralidade nem mesmo no uso do mais aparente cotidiano de signos. A entrada do simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar (ORLANDI, 2015, p. 7).

Por meio dos estudos de Pêcheux – e seu grupo –, retomados, posteriormente, por autores como Eni Orlandi, caracterizamos a análise do discurso como um processo de leitura e de interpretação em que o analista, ocupando-se do dispositivo teórico de análise, realiza um deslocamento entre a descrição e a interpretação do corpus. Sendo assim, com base no dispositivo teórico, há um deslocamento na posição ocupada pelo analista, desocupando o lugar de leitor leigo para assumir o lugar em que os sentidos (des) estabilizam, (res) significam, permanecem e se deslocam. Tal perspectiva considera a relação estabelecida com o social e o histórico, fator basilar à problematização do processo de constituição dos sentidos emergentes.

Desse modo, a partir dos estudos de Orlandi (2015), vislumbramos a Análise do Discurso como uma teoria cujas lentes capturam o homem falando, compreendendo-o em sua inscrição social, histórica e ideológica. Nessa direção, a noção de interdiscursividade, isto é, a relação de um discurso com outros discursos, faz com que vozes outras interfiram no processo de produção de sentidos. Dentro dessa vertente, destacamos que o sujeito é visto como uma posição ou um lugar situado no âmbito de determinada formação social. Assim, recorrendo aos estudos pecheutianos (PÊCHEUX, 2009), compreendemos que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, e essa relação, como prática simbólica, é medida pela linguagem. Orlandi (2015) discorre sobre essa particularidade quando afirma que a submissão do sujeito à língua, que é opaca e apresenta falhas, possibilita a ação da ideologia. Nesse processo, a produção de efeitos de sentido se dá em meio a instâncias sócio históricas no âmbito da insurgência de sentidos outros e também em relação a sentidos cristalizados. Sendo assim, nesse percurso, Orlandi (2015) situa o interdiscurso como saber discursivo que possibilita que nossas palavras façam sentido. Dessa maneira, a constituição do interdiscurso se dá pela relação com o já-dito que possibilita todo dizer.



Seguindo essa orientação, também nos ancoraremos nos estudos do discurso de base foucaultiana (FOUCAULT, 1997), já que, por meio da noção de interdiscurso, vemos a articulação dos discursos e funcionamento às relações de poder emergentes na sociedade. Dessa maneira, vemos que o sujeito está filiado a diversas formações discursivas, que estão sempre em movimento devido a esse caráter de acontecimentos sempre prestes a (re) surgir. Como mencionamos anteriormente, em Foucault (2017) discursos são

[p]ráticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 1997, p. 55).

É importante mencionar isso, pois estamos no terreno de produção de sentidos, vislumbrado por meio da atenção ao movimento de produção de enunciados. No âmbito de consideração da existência de um já-dito, é na *Ordem do Discurso* que Foucault vai mencionar, por meio de uma especificidade teórica, a importância do estudo de reiterações enunciativas: o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta. Isso porque “o discurso não apenas descreve, mas cria uma realidade possível” (FERREIRA & TRAVERSINI, 2013, p. 211). Silveira (2020) explica, no âmbito da teoria foucaultiana do discurso, a questão da relação entre enunciados:

É preciso assinalar que o discurso em Foucault não pode se confundir com frase, sentença ou sintagma. É um problema de outra ordem, que remete à questão dos enunciados. O autor vai assinalar que um conjunto de enunciados pode considerar enunciados pertencentes a campos diferentes e, ainda assim, obedecer a regras de funcionamentos comuns. É o campo das regularidades. Analisando as marcas discursivas, então, se pode chegar ao isolamento das leis de funcionamento que tornam os enunciados possíveis no interior de uma cadeia discursiva. As leis e as regularidades internas remetem a um problema maior: estamos permeados de linguagem (SILVEIRA, 2020, p. 101-102).

É preciso, a essa altura, pontuar uma aproximação: tanto nos estudos pecheutianos quanto nos estudos foucaultianos do discurso se fala em relação entre enunciados e, também, que o mesmo enunciado pode assumir diferentes sentidos possíveis. Mas, enquanto que Foucault vai mencionar a existência de regularidades e descontinuidades no âmbito dos estudos



enunciativos – porque os discursos constroem os objetos a que se referem de muitas formas –, Pêcheux vai situar o discurso como efeito de sentido entre interlocutores e, também, vai mencionar a questão de que os sentidos só seriam evidentes – e o efeito de estabilização de sentidos supostamente existiria – por causa de um efeito ideológico que leva a pensar, por meio de gestos de interpretação, que só há aquele sentido para determinado enunciado. Os discursos, em ambas as teorias, podem sempre vir a ser outros assim como a produção de sentidos se dá nos terrenos da heterogeneidade, da multiplicidade e das derivas (im) possíveis (não existe somente o mesmo, pois o outro, o tem aparição como sendo estranho ao sujeito, sempre habita aquilo que é conhecido). Vale destacar, ainda, que, para ambos os autores, os enunciados são construídos em instâncias sociohistoricamente situadas.

Acerca de outro conceito, podemos mencionar que, em Foucault, o conceito de formação discursiva teve aparição na *Arqueologia do Saber* (1969), obra sobre a qual ele mesmo menciona, numa das coletâneas de *Ditos & Escritos*, que teria sido uma introdução à obra *As palavras e as coisas* (1966), que, posteriormente, fora transformado em um livro independente, que se trata da história das Ciências do Homem.

Em Pêcheux, o conceito teria aparecido pela primeira vez em seu artigo intitulado “A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem e discurso”. Criticando estruturalistas e gerativistas, o autor criticava a forma como haviam transposto o modelo fonológico saussureano para o campo do sentido, reduzindo a língua a um *continuum* de níveis, o que produziria o efeito de recobrir o corte langue/parole. “O elo que liga as significações de um texto as suas condições sócio históricas, não é secundário, mas constitutivo das próprias significações” (PÊCHEUX, 1971, p. 147). Assim, Pêcheux vai pensar o discurso, pensando-o à luz do materialismo histórico. No entanto, Baronas (2011) menciona que o conceito teria emergido antes nos estudos de Pêcheux. Em um texto que data alguns anos antes de 1971, intitulado *Lexis et metalexis: les problemes des determinants*, escrito com C. Fuchs. No entanto, segundo Baronas (2011), o esboço de tal conceito aparece em forma de nota de fim no texto de A. Culioli, *Notes sur la formalisation en linguistique*. Em Pêcheux, o conceito de formação discursiva está atrelado aos estudos acerca da formação social e da formação ideológica. Baronas (2011) defende, então, a existência de uma paternidade compartilhada.

Outro conceito importante para pecheutianos é a ideologia: trata-se de um conceito-chave nos estudos pecheutianos. Tanto que a ideologia é um “elemento determinante do sentido” (LEANDRO FERREIRA, 2001, p. 17) porque é constitutivo da prática discursiva.



Sendo assim, a ideologia, ao mesmo tempo em que se reflete na exterioridade, não é exterior ao discurso. É por meio da ideologia que o sujeito crê que domina seu discurso e, também, que o sentido já existe como tal. Trata-se de um efeito ideológico. No entanto, no caso dos estudos foucaultianos, Foucault se recusa a trabalhar conceitos e problemáticas associados à noção de ideologia. Isso está associado à concepção de verdade nos estudos foucaultianos. Se a verdade é da ordem da produção e não da imanência, ela não representa algo transcendente ou utópico, mas se desloca e se manifesta por meio das políticas, dos regimes no que constitui um dispositivo de produção da verdade. A partir da leitura de Gregolin (2016) é possível inferir que enunciados se inserem em redes de discursos que produzem verdades. Sendo da ordem da produção, as verdades também estão associadas a regimes de saberes e de poderes. Assim, não importa tanto definir o que é a verdade, mas voltar à atenção para o que é colocado historicamente no lugar do verdadeiro. Por isso, a noção de poder é tão importante para Foucault (1998).

Reiterando, é imprescindível mencionar, nesse contexto, que ele articula à noção de discurso outra noção: a de poder. Para ele, o poder não serve somente para reprimir, ele circula, se transforma, e dissemina-se por meio do discurso, constituindo e produzindo possibilidades de discurso também. Isso porque a produção de discursos, além de distribuída, também é controlada, o que faz com que seja necessário nos atermos as condições históricas da história do presente no qual nos situamos. É importante mencionar que Foucault não menciona que o poder está “nas mãos” do Estado ou de qualquer pessoa, mas que ele circula e também pode produzir resistências e micropolíticas. Não é à toa que a própria noção de resistência deve ser pensada como presente e imanente de toda relação de poder: quanto maior o poder, mais haverá possibilidades de resistência. Tanto o poder está capilarizado em todos os lugares que Foucault cunhou o termo microfísica do poder para situar isso, já que o discurso está em todos nós e em todas as esferas de nossa existência no decorrer da história, se manifestando de diversos modos por meio de sujeitos, gestos, instituições, discursos, etc.

Para Foucault (1998), o discurso pode silenciar e desautorizar outros discursos. Nesse caso, a formação de saberes, instituídos como válidos no decorrer da história, remete a possibilidades de (des) construções históricas e, nesse sentido, práticas discursivas e não discursivas estão enoveladas por dispositivos que se movimentam “[...] da ordem do saber à ordem do poder interrogando as práticas que nos constituem historicamente” (CASTRO, 2009, p. 337). Assim, os saberes que formam discursos não se desarticulam de um feixe de relações



de poder, pois, em Foucault, não há relação de poder sem a constituição de um campo de saber. Para ele, todo saber constitui novas e heteróclitas relações de poder (FOUCAULT, 1979).

Na obra *A linguagem e seu funcionamento*, Eni Orlandi (2013) mencionou, na década de 1980, que o discurso pedagógico funciona como um discurso autoritário. Pensando nas condições de produção tal afirmação teria validade se fosse levada em consideração a existência de inúmeras práticas escolarizadas comuns na época. Infelizmente, não houve mudanças significativas que nos tirassem desse “diagnóstico” educacional. Essa discussão pode ser atualizada se formos pensar sobre políticas públicas e na instituição de sentidos para o ensino de línguas no Brasil bem como se considerarmos quem são os sujeitos na/da escola. A própria autora fez questão de mencionar, mais recentemente, numa entrevista, que não se trata de um julgamento moral, mas de uma caracterização analítica construída sob bases discursivamente orientadas (ORLANDI, 2020). Assim, não se volta apenas para o governo, mas, também, para as instituições que estabelecem discursos predominantemente autoritários. Foi quando a autora mencionou que o discurso poderia ser caracterizado segundo quatro pilares constitutivos:

a) a relação entre os sujeitos – se há reversibilidade entre o sujeito que diz e o que ouve; b) a relação dos sujeitos com os sentidos – se há imposição do sentido de quem diz para quem ouve; c) a relação do dizer com os processos de significação, na relação paráfrase/polissemia – se há possibilidade de múltiplos sentidos ou só de um sentido, o imposto, considerado “literal”, e, finalmente; d) a relação dos sujeitos, no caso do ensino, com o objeto de conhecimento – se ela é aberta ou fechada (ORLANDI, 2020, p. 8-9).

Por que mencionar tais questões? Por que, ao pensar na relação entre sujeitos e sentidos, estamos no campo de entrelaçamentos entre a língua e a história: para significar, o sujeito da língua é, também, sujeito da história. Infelizmente, na sociedade capitalista, em meio ao que a autora chama de dissimetria entre sujeitos, as possibilidades de que o discurso pedagógico seja autoritário são inúmeras. Para que se “escape” do funcionamento dessa regularidade, segundo Orlandi (2020), é preciso que sejam estabelecidos espaços abertos ou espaços de conhecimentos politicamente significados. Isso porque a paráfrase (eixo da repetição) e a polissemia (eixo da diferença) estão sempre em tensão, em contextos nos quais o discurso autoritário tende para a repetição (monossemia) (ORLANDI, 2020).

Assim, com base nos estudos de Gregolin (2006), entendemos que, quando usamos o dispositivo metodológico da análise do discurso, consideramos a materialidade linguística na História. Dessa forma, as materialidades discursivas formam-se a partir da interação, da relação



da linguagem com a História, fazendo emergir determinados efeitos de sentido. Para a autora mencionada, o discurso é produção de sujeitos situados sociohistoricamente, que são condicionados e controlam regras do dizer e da História. No campo de aproximações possíveis, ainda, é possível situar que a noção de sujeito, em ambas as teorias, é de um sujeito histórico, situado, nunca fundante do dizer, mas perpassado por contingências mais amplas. Por isso o sujeito não é “dono” dos sentidos tampouco se parte de uma noção de consciência, já que entra em cena a história e o social.

Vale ainda mencionar que, ao estudar acerca das relações entre enunciados, Foucault articula tal conceito à noção de arquivo, vislumbrando a existência da regularidade e da descontinuidade: a regularidade está na dispersão. Ele se volta, então, para a posição do sujeito no discurso, sendo o sujeito um lugar determinado e vazio, que pode ser ocupado por indivíduos diferentes: “[...] descrever uma formulação enquanto enunciado [consiste] em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar para ser sujeito” (FOUCAULT, 1997, p. 109).

Já Pêcheux promove deslocamentos acerca dos estudos de Althusser. Não é à toa que vai falar na interpelação do sujeito pela ideologia, em formação ideológica. A tese da interpelação ideológica do sujeito está associada à importância da constatação marxista de que a luta de classes é o motor da história. Uma das mais singulares transformações teóricas da análise do discurso é o viés de não fechamento da formação discursiva, quando se apregoa o atravessamento da formação discursiva pelo “outro”. Na obra *Discurso: estrutura ou acontecimento*, por exemplo, ele defende a necessidade de “escuta do ordinário dos sentidos”.

Finalmente, a memória discursiva é “um saber que torna possível todo o dizer que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2015, p. 31). A memória é um terreno de deslocamentos, retomadas e constitui um aglomerado heterogêneo de dizeres, onde há desdobramentos, polêmicas, contradiscursos, etc (PÊCHEUX, 1999). Pecheuteamente, portanto, conceber arquivos como objeto de um estudo discursivo é uma ação que se faz por meio de buscar notar como se deu a elaboração e produção de enunciados em determinada instância, que ideologias influenciaram tal elaboração de dizeres e que sentidos as palavras podem adquirir através da leitura e/ou recepção de tais enunciados. Se pensarmos no âmbito da memória discursiva, é possível refletir sobre que memórias são ativadas durante a leitura/escuta, etc. Trata-se de pensar em como se manifesta, em determinada materialidade discursiva, um conjunto de dizeres



sobre algum tema específico, isso porque “a língua é [...] condição de possibilidade do discurso” (ORLANDI, 2015, p. 20).

Se Pêcheux – e seu grupo – propôs deslocamentos dos estudos althusserianos para pontuar a existência de um sujeito interpelado pela ideologia, trouxe contribuições para pensar a questão da memória discursiva e, também a heterogeneidade da formação discursiva, a *Arqueologia do Saber*, de Michel Foucault, foi fulcral para questionar o poder do arquivo e focar no discurso sob outra perspectiva. Principalmente, depois da década de 1970, com as discussões oriundas da arqueologia foucaultiana, as noções de saber-poder, poder disciplinar e de biopoder, por exemplo, refletiram na produtividade da contribuição dos estudos de Foucault para a análise do discurso. Assim, a produção de subjetividades, de modos de subjetivação e sua relação com o poder permitem que a análise do discurso se volte para o discurso enquanto prática e seja considerada a existência de formas de poder/saber exercidas, (re) produzidas e (des) legitimadas no decorrer da história da humanidade.

Mas a universidade também é formada de polêmicas e, nesse escopo, não podemos nos isentar de rebater uma delas: houve quem chegasse a afirmar que não haveria uma teoria do discurso em Foucault. Defendemos que há, tanto nos estudos pecheutianos quanto nos estudos foucaultianos. Por isso, cabe uma explicitação da relação do projeto de Foucault com a Linguística, operada por meio da análise do discurso. Há uma crítica que parte do campo genérico da *AD Brasileira*, em que é considerado um texto de Lecourt (1970), em relação à proposta da arqueologia foucaultiana, tomando por base a diferença do projeto arqueológico de Foucault, numa argumentação em que a arqueologia é contraposta à leitura marxista de Althusser. No texto em questão, afirma-se que há uma “elisão do linguístico”. Gregolin (2008) chega a situar que o texto de Lecourt é retomado inúmeras vezes entre 1970 e 1976 pelo grupo de estudos pecheutianos.

Posteriormente, a autora afirma que as críticas dos pecheutianos se abrandam e, então, passam a incorporar as propostas de Foucault (os conceitos de formação discursiva e de práticas discursivas são exemplos de conceitos incorporados – ainda que tenham sofrido deslocamentos dessa incorporação *a posteriori*). Só para mencionar um exemplo, as discussões do grupo de Pesquisas em Análise do Discurso de Araraquara (GEADA/CNPq) têm buscado mostrar que as ideias foucaultianas assumem um papel fundamental na construção da análise pecheutiana do discurso, sendo profícuas para fundamentar estudos acerca das relações entre os discursos, a história, a memória e os poderes.



Há, ainda, uma crítica segundo a qual Foucault teria abandonado as reflexões discursivas na fase dos estudos genealógicos. Sobre isso, Gregolin (2008) afirma que em toda a obra foucaultiana há uma base semiológica que nunca cessa de se reinscrever por meio do uso de conceitos como enunciado, arquivo, discurso, por exemplo, que embasam o trabalho do filósofo francês desde a *História da Loucura* (1961) até o último volume da *História da Sexualidade* (1984)⁴. Neste texto, defendemos que ambos os autores possibilitaram a institucionalização de uma teoria do discurso específica, que, por vezes, se aproxima e, noutras, se distancia. Daí a proposta de trazer ambos, ao invés de um só, para fazer jus a essa descontinuidade que, ao invés de tornar as teorias excludentes uma à outra, faz com que se tornem compatíveis, preservadas, portanto, as diferenças entre ambas.

Preâmbulos de uma análise discursiva: as condições de produção do discurso

Antes de procedermos à análise, teceremos algumas considerações sobre o jornal *O Globo* para que possamos refletir sobre as condições de produção discursiva. *O Globo* é um Jornal carioca fundado por Irineu Marinho em 29 de julho de 1925. Para a escolha do nome foi realizado um concurso via voto de leitores. Vale destacar que três semanas depois do lançamento da primeira edição o diretor faleceu, o que fez com que o filho, Roberto Marinho, herdasse e assumisse o comando do jornal. Posteriormente, foi fundada a TV Globo em 1965 e, em 1977, foi criada a Fundação Roberto Marinho. Para que se tenha uma ideia acerca da influência do Grupo Globo, a TV Globo é, atualmente, a maior produtora de conteúdo próprio da América Latina⁵, por exemplo. No verbete sobre *O Globo* do site da Fundação Getúlio Vargas (FGV), cujo dicionário online de verbetes foi elaborado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da referida instituição de ensino superior, lê-se o seguinte:

Em seu primeiro número, *O Globo* traçava as diretrizes pelas quais pretendia pautar sua atuação. Irineu Marinho destacou “o dever ineludível em que nos vimos de continuar a consagrar-nos, tanto quanto nos consinta a nossa

⁴ Na ocasião, tratava-se do volume III, cujo subtítulo é *O cuidado de si*. Atualmente, o volume IV, cujo subtítulo é *As confissões da carne*, também foi publicado, traduzido para inúmeras línguas e, inclusive para o português brasileiro, via editora Paz & Terra (2020). Sinalizamos, portanto, que afirmação da autora pode ser estendida, também, para o quarto volume da *História da sexualidade*.

⁵ Essa e outras informações acerca do Grupo Globo estão disponíveis para consulta pública em: << <https://abme.org.br/associados/grupo-globo/>>> Acesso em 19 de jan. 2021.



reduzida capacidade, à defesa das causas populares que nos empolgaram e nos dominam há bem mais de duas décadas”. O novo jornal declarava-se ainda totalmente independente, na medida em que não desejava a intervenção de nenhuma força externa a seus próprios quadros: isento de “afinidade com governos”, livre de “interesses conjugados com os de qualquer empresa”, o jornal tampouco se ligaria “a grupos capitalistas ou a plutocratas isolados” (FGV, 2020, s. p.).

Embora o discurso de lançamento seja elogiável, na prática, isso não foi tão verossímil. Segundo Kornis (2008), o proprietário do jornal já declarou abertamente apoio ao Governo Militar por meio de um artigo publicado em 1984, enaltecendo desde o início daquilo que viria a ser chamado posteriormente de Golpe Militar por inúmeros historiadores.

No início de abril de 1964, *O Globo* declarava que “agora o Congresso dará o remédio constitucional à situação existente, para que o país continue a sua marcha em direção a seu grande destino, sem que os direitos individuais sejam afetados, sem que as liberdades públicas desapareçam, sem que o poder do Estado volte a ser usado em favor da desordem, da indisciplina e de tudo aquilo que nos estava a levar à anarquia e ao comunismo”. Posteriormente, no editorial *50 anos*, publicado por ocasião do 50º aniversário do jornal, o movimento militar de 1964 era visto como o reencontro da Nação: “Os tenentes, então generais reformados, os expedicionários, então responsáveis pela chefia das forças armadas, e os líderes políticos herdeiros de tradições de várias décadas de luta pela democracia uniram-se, sob a pressão das grandes marchas populares para uma nova revolução” (FGV, 2020, s. p.).

Mais recentemente, em agosto de 2013, chegou a reconhecer como “erro” tal apoio⁶. Considerando os estudos de Kornis (2008) sobre as representações veiculadas no jornal temos algumas diretrizes a ele relacionadas, tais como “jornal diário de notícias brasileiro”, “de orientação conservadora”, “de propriedade da família Marinho”. Mas o apoio não se dá sempre a todo e qualquer governo. Teun Adrianus Van Dijk, por exemplo, é um linguista que produziu um texto sobre como a Rede Globo teria manipulado o *impeachment* da presidente Dilma Roussef. O texto foi publicado em 2016 em um tabloide da esquerda brasileira. O foco é mostrar como o jornal *O Globo* e o *Jornal Nacional* demonizaram a figura da presidente, deslegitimando-a publicamente.

O jornalista Rafael Tatemoto produziu uma matéria para o jornal *Brasil de Fato*, veiculada em 2016, no qual pontua cinco momentos em que a Rede Globo teria agido a favor

⁶ Matéria disponível em: <<<https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>> Acesso em 19 de jan. 2021.



do que ele intitula de golpe parlamentar, desde as manifestações de rua promovidas por diversos grupos favoráveis e contrários ao *impeachment*, momento em que a cobertura se voltou inclusive para a veiculação de datas e locais de manifestações do segundo grupo. O caso do Triplex do Guarujá que, segundo o relatório da Polícia Federal, nunca foi propriedade do ex-presidente Lula, recebeu ênfase no noticiário; quando Lula foi conduzido coercitivamente mesmo sem ter se negado a cooperar com a Justiça, isso também ganhou destaque nos telejornais. Sobre áudios vazados ilegalmente os que eram ligados à gestão Temer não foram noticiados com a mesma ênfase que a conversa entre Lula e Dilma. Finalmente, a votação do *impeachment* foi televisionada, o que fez com que o voto de inúmeros deputados que votaram “em defesa” de “Deus” ou da “família” ajudasse a acentuar um efeito de negatividade a então presidente. Mas, quando ela foi proferir sua fala de defesa no Senado, a TV Globo exibiu uma receita culinária.

As escolhas não são aleatórias. Foucaultianamente, podemos afirmar que os posicionamentos e as atitudes que o grupo Globo expõe são, também, atravessados por relações de poder/saber. Pecheuteanamente, podemos dizer que os sujeitos que compõem o quadro editorial e de jornalistas são interpelados pela ideologia neoliberal. No entanto, mais recentemente, outro rol de acontecimentos levou a um estranhamento: o grupo Globo, que flerta, historicamente, com propostas e ideias neoliberais, passou a se contrapor, não poucas vezes, a um governo neoliberal, o de Jair Bolsonaro.

Embora soe estranho, não poucas vezes Bolsonaro atacou os veículos de comunicação do grupo Globo (o mesmo que, no passado, defendeu o Golpe Militar). Assim, frequentemente a família do presidente direciona, principalmente à TV Globo, um ódio gigantesco e descomunal. A *hashtag* “globolixo”, por exemplo, é uma das mais utilizadas em redes sociais por bolsonaristas. A mesma emissora que divulgou que um porteiro do condomínio onde ele vive no Rio de Janeiro teria dito à polícia que horas antes do assassinato da vereadora Marielle Franco o assassino teria ido à casa do presidente. Já chegou a reclamar publicamente sobre as cobranças televisivas acerca de investigações das “rachadinhas” (apropriação de uma parcela do salário dos trabalhadores de gabinete) e que a TV chegou a falar em demasia do filho dele, Flávio Bolsonaro e do militar aposentado, Fabrício Queiroz, por exemplo. Ricardo Feltrin (2020), colunista do site UOL, mencionou que, desde a posse, em 2019, o presidente e seus apoiadores “buscam sufocar” a globo financeiramente. Menciona que enquanto que nos governos de Lula, Dilma e Temer a TV Globo recebia em publicidade direta do governo o equivalente a 400 e 500 milhões de reais (o que representa 4 a 5% do faturamento só da TV –



em torno de 13 milhões -, não de todo o grupo Globo), com Bolsonaro o valor repassado seria de aproximadamente 40 milhões.

Aqui cabe um adendo, para que se tenha ideia sobre a reviravolta que foi a eleição de Bolsonaro: ele veio de uma das eleições presidenciais mais polarizadas da história do Brasil, de um partido inexpressivo, chegou a ser um ex-deputado federal que defendeu a tortura publicamente, teve menos que meia dúzia de projetos de lei aprovados durante 27 anos de mandato e recebeu três votos de seus colegas parlamentares em 2017 quando tentou se eleger para o cargo de presidente da Câmara dos Deputados. É um dos mais improváveis governos que o Brasil já teve. Considerando o limite de folhas previsto para a escrita deste texto, recomendamos, para quem quiser saber mais sobre as especificidades de funcionamento e dos efeitos do bolsonarismo, a leitura de obras como as de Cezar Calejon e Adriano Vizoni (2019), Rubens Casara (2020), Lilia Scwarcz (2019) e Thaís Oyama (2020), só para mencionar algumas. Ironicamente, trata-se um governo que reforça, diariamente, que, se já se pensou que a cordialidade seria uma característica principal pessoas brasileiras, isso não passa de um mito. Fomos – desde um passado distante – e continuamos a ser uma nação “mais excludente que inclusiva, com um longo caminho pela frente na elaboração de uma agenda justa e igualitária” (SCWARCZ, 2019, s. p. [fragmento de texto da contracapa]).

Diante de tais considerações, o capitalismo se torna, cada vez mais, em meio a crises, instauradas uma após a outra, uma máquina de moer gente. A expressão “máquina de moer gente” foi utilizada por Darcy Ribeiro (1995) no livro *O povo brasileiro*, referindo-se aos engenhos de cana de açúcar do nordeste, mas pode ser estendida para qualquer sistema que se utilize da exploração dos trabalhadores para funcionar. Indo mais além, o próprio capitalismo, para funcionar, prolifera e se reproduz como uma máquina de moer gente. No momento, entre tantos profissionais que estão sendo moídos e (quase) exauridos, podemos mencionar os professores. Trata-se de seres humanos que, em meio à pandemia, assim como os trabalhadores dos chamados serviços essenciais, não pararam de trabalhar. No entanto, nem sempre docentes são entrevistados para falar acerca das dificuldades, do cansaço e das incertezas que a pandemia trouxe. O corpus deste artigo, por exemplo, traz excertos de falas de indivíduos que são subjetivados como especialistas em Educação pela mídia jornalística por causa de suas experiências no campo educacional e que partem de lugares privilegiados, em meio a relações de saber/poder, e que têm sua voz legitimada em meio ao caos pandêmico que assola a humanidade. Vamos, então, aos recortes discursivos.



Apontamentos de uma análise discursiva: Representações de Ensino-Aprendizagem em tempos de COVID-19

Recorte Discursivo 1 (RD1):

As mudanças principais serão o **uso adequado e bem dimensionado** da tecnologia, a valorização do magistério e a valorização e **redescoberta** do espaço escolar. Além disso, e principalmente, **a retomada da perspectiva pedagógica, em detrimento do amadorismo empresarial, que tem atrapalhado o debate público educacional**. O reino da Educação é o da Pedagogia, da Didática e da Psicologia e Sociologia da Educação. O Brasil precisa fazer a Educação reencontrar seu reino. Essa é minha esperança (extraído do texto de FURLANETO, 2020, s. p., grifos nossos).

Recorte Discursivo 2 (RD2):

Deveríamos ter uma mudança que pensasse a educação como parte de uma vida digna. Isso significa pensar escolas com estruturas para lidar e colaborar com o desenvolvimento de sujeitos, não cabendo educação subfinanciada, escolas que parecem prisões, **pensadas por quem não entende dos alunos reais** e muito menos de educação. Assim, a melhor mudança seria que a educação fosse **pensada por educadores e não por burocratas economistas** (extraído do texto de FURLANETO, 2020, s. p., grifos nossos).

Recorte Discursivo 3 (RD3):

O papel do professor ganhou outra relevância. Ficou muito mais claro para todo mundo como é difícil ser professor. É das profissões mais difíceis e acaba vista pela sociedade de uma forma completamente **equivocada, desimportante**. Agora, pais e mães estão **redimensionando** isso. Quanto ao professor, será preciso trabalhar numa **formação já para a volta às aulas**, tem que estar preparado para **um aluno que não é mais o mesmo** (extraído do texto de FURLANETO, 2020, s. p., grifos nossos).

Decidimos dispor os três recortes discursivos (RDs) de modo sequencial a fim de mostrar como os três relatos se tocam e se complementam, embora sejam de profissionais diferentes, mas atuantes na Educação, em entrevista ao jornal *O Globo*. Nos três, é possível vislumbrar, em funcionamento, a noção de formação discursiva, conforme estudada por Foucault (1986), a fim de explicar a formação de sistemas de saber no decorrer da história.

Há pontos de contato entre os estudos de Foucault e de Pêcheux, principalmente no que diz respeito ao conceito de formação discursiva. Paul Henry, no texto intitulado “Os fundamentos teóricos da Análise Automática do Discurso de Michel Pêcheux”, menciona que “Pêcheux partilhava com Foucault um interesse comum pela história das ciências e das idéias que pode explicar por que ambos, mais do que qualquer outro autor, focalizaram o discurso” (HENRY, 1993, p. 38). Consideramos, dessa forma, o atravessamento dado pela reelaboração por parte dos estudos pecheutianos (PÊCHEUX, 2009), uma vez que o conceito de formação



discursiva adquire bastante importância dentro dos estudos da Análise do Discurso, pois permite discutir a articulação entre língua e discurso.

Por meio do método arqueológico, Michel Foucault busca descrever as condições de possibilidade dos enunciados. Assim, em termos foucaultianos, a formação discursiva está relacionada à “diversidade de instâncias enunciativas simultâneas” (BARONAS, 2011). Na relação entre as palavras e as coisas, Foucault vai mencionar que entre a formação dos objetos e os objetos propriamente ditos está o discurso. As regras de formação dos enunciados se revelam na regularidade e na dispersão, na possibilidade de vir a ser outro, ainda que com roupagens familiares (o retorno não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta, menciona ele, na *Ordem do Discurso*). Sabemos que as três especialistas que enunciaram as falas dos recortes discursivos em questão se filiam a uma mesma formação discursiva. Tanto que nos três recortes a questão da docência está explícita (através do uso de expressões como “valorização do magistério”, “perspectiva pedagógica” e Reino da educação”, no RD1; “escolas com estrutura”, “educação pensada por educadores”, no RD2 e “papel do professor” no RD3).

E se a questão da docência está explícita, isso não ocorre de qualquer maneira. Para Pêcheux (1975), o conceito de formação discursiva, produzido à luz do marxismo/althusserianismo, é “aquilo que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada na conjuntura social” (Pêcheux, 1975, p. 188). Considerando a posição dos especialistas entrevistados, pode ser notado que ocupam um lugar privilegiado em relação ao “resto” de professores do ensino público e privado nacional, já que suas vozes estão sendo legitimadas pela mídia jornalística. Pecheuteamente, o que pode e deve ser dito o é no âmbito da luta de classes.

Nos recortes em questão, há vestígios desse contexto de lutas: “a retomada da perspectiva pedagógica, em detrimento do amadorismo empresarial” (RD1); “pensada por educadores e não por burocratas economistas” (RD2); “vista pela sociedade de uma forma completamente equivocada, desimportante. Agora, pais e mães estão redimensionando isso” (RD3). Se considerarmos as expressões mencionadas, o embate entre classes se dá entre professores X empresários; educadores X burocratas economistas e Sociedade X professores vistos como desimportantes. Se há uma luta de classes, isso não quer dizer que entre a mesma classe social não haja lutas: é o caso do exemplo três em que a resistência se dá em relação à sociedade como um todo. O conceito de classe, então, é fértil para pensar sobre grupos sociais



que são favorecidos ou desfavorecidos no âmbito dos privilégios financeiros e/ou culturais existentes em determinado período da história. Mas a luta de classes não se dá somente entre sujeitos. Ela se revela acerca da posição que esses sujeitos ocupam: assim, educadores e burocratas economistas não ocupam apenas lugares diferentes na pirâmide social. Eles têm falas e ações legitimadas ou deslegitimadas. Não há só o que pode e deve ser dito. Há o que pode e deve ser feito: aí, os professores não apenas reproduzem o discurso autoritário de reprodução de modos de ensinar disciplinando sujeitos, mas, também, são avaliados por políticas e atores governamentais que os cerceiam e coagem.

Mas não é somente sobre a luta de classes que se trata. Por outro viés, poderíamos notar que os três recortes também sinalizam a existência de um poder que circula e permeia as relações sociais. Tanto que, ao falar sobre o futuro da educação, as três especialistas falam em mudanças e, ao fazê-lo, não apenas ocupam determinado lugar no âmbito da produção de modos de subjetivação: elas enunciam sobre a necessidade de mudanças, sobre o imaginário de representações conferido a professores Brasil afora (“profissão [...] desimportante” – RD3). As mudanças direcionam-se, pelo menos, para um duplo viés de produção de sentidos: de que devem haver mudanças na gestão educacional mais ampla e o de que é preciso que professores se reinventem para se adequar aos novos tempos (pós-pandemia). Em torno do substantivo “mudança”, temos acepções, como, por exemplo, “troca de lugar para outro” e “transferência para novo local”, é como se o professor precisasse de ferramentas para “redescoberta do espaço escolar”.

Além desse efeito de sentido já apontado, vemos emergir um outro, que por meio dos vocábulos “uso adequado e bem dimensionado da tecnologia” (RD1), constrói o efeito de sentido de que, antes da crise pandêmica, o trabalho docente com a tecnologia deixava a desejar. Nessa perspectiva, “uso adequado” e “bem dimensionado” (RD1) deslizam para o efeito de sentido de que o trabalho dos professores, no período antes de a pandemia começar, era um tanto quanto “dentro das conformidades”, “fluía dentro dos protocolos impostos”. Significativo ao momento da análise é o uso feito de “bem dimensionado”, pois instaura um deslocamento, um tanto quanto crítico, à atuação de professores, pois “dimensão” ou “bem dimensionado” estabelece relação direta com a realidade, além de trazer efeito de sentido de contraste entre as vivências do professor antes da pandemia e o que é exigido dele no momento em que está enfrentando tal situação. Essa particularidade traz à reflexão um olhar em torno do que é ser professor em tempos de crise. É como se o professor assumisse uma postura de seriedade e



comprometimento só agora, porque se viu nesse momento. Isso pode ser mais bem explicitado pelo efeito de logicidade discursiva que o RD1 adota: “a retomada da perspectiva pedagógica em detrimento do amadorismo empresarial”. Vale ressaltar que se o “amadorismo empresarial” é que engendra a atuação docente, então, como consequência, vemos emergir um professor que atua amadoramente de igual forma.

Dessa vertente, com base nos estudos de Pêcheux (1969), percebemos como o sujeito educacional tece as representações a partir dos discursos que o atravessam, uma vez que esse sujeito está inscrito na historicidade, mantendo estreito vínculo com a ideologia. Isso pode ser materializado, considerando o vocábulo “reino”. Pertinente, neste momento, é apontar que a figura do professor e o que dele emana – ensino e aprendizagens – não estão em “valorização”, isto é, não custam muito. Pois, dentro do “reino”, em outras palavras, no “conjunto de súditos de uma monarquia” ou no “lugar ou esfera em que alguém ou algo domina”, o professor e seu trabalho não pesam, ocupam um lugar de descrédito, já que é preciso pensar “a educação como parte de uma vida digna” e “pensar escolas com estruturas para lidar e colaborar com o desenvolvimento de sujeitos”. Quando se fala em desenvolvimento de sujeitos, e, antes disso, em vida digna, aquilo que não é dito faz reverberar o já-dito: professores são mal remunerados, as escolas não tem infraestrutura adequada, os alunos não aprendem justamente porque as escolas são “pensadas por quem não entende de alunos reais” (RD2).

Ainda, com base na palavra “reino” e seus desdobramentos, é preciso considerar “o conjunto de súditos”. Em se tratando do reino educacional e dos discursos pedagógicos, torna-se proveitoso apontar a interpelação por meio da ideologia em sujeitos. A respeito dessa característica, Pêcheux (2009) discute que há uma forma-sujeito, que tem como objetivo designar o indivíduo assujeitado pela ideologia, isto é, interpelam-se sujeitos de seu discurso por meio das formações discursivas, que estão associadas, na linguagem, às formações ideológicas correspondentes. Isso pode ser vislumbrado com base no vocábulo “súdito”, pois instaura um efeito de sentido a partir de “não livre”, “submetido à vontade de outrem”, “reverente” ou ainda “subserviente”. Esse mesmo efeito de sentido estilhaça com os dizeres do Recorte Discursivo 3 (RD3) – “O papel do professor ganhou outra relevância”, já que “as escolas parecem prisões”, sendo “pensadas por quem não entende dos alunos reais e muitos menos de Educação”.

É importante mencionar, também, que não há enunciado neutro, porque todos os enunciados funcionam como práticas discursivas legitimadas socialmente pelo fato de



produzem determinadas verdades. Assim, os recortes analisados estão associados a determinado período histórico e apontam para uma inscrição que é historicamente orientada, apontando para esquadrinhamentos da vida social a partir de direcionamentos específicos. A história, então, não é da ordem da univocidade, mas é da ordem da descontinuidade, pois existem professores e existem burocratas, há os que veem a profissão docente como desimportante e as que pensam que a Educação constitui um reino que diz respeito a campos específicos do saber e áreas do conhecimento que não aquelas voltadas para a economia e quantificação de sujeitos e números. Por fim, vimos que diferentes discursos permeiam as práticas educacionais, seja de coerção, de (des) legitimação das práticas escolares e de desconforto acerca da necessidade de mudanças que são construídas no terreno de utopias no âmbito de um embate de luta em que urge a necessidade de resistir e insurgir contra aquilo que é familiar.

Dito isso, podemos notar que inúmeros discursos que constituem a subjetividade do professor advêm do poder não só dos próprios professores, mas, também, dos alunos, dos pais, de gestores e do governo. Nesse sentido, Deacon e Parker (1994) afirmam que, assim como Foucault apregou, o poder pode assumir diferentes pontos de resistência. Destacam que a noção de resistência, diversas vezes, adquire um caráter de recusa. Recusamos o que somos, imaginamos construir o que poderíamos ser a fim de estabelecer uma promoção de novas formas de subjetividade, novos modos de constituição. Isso pode ser capturado no Recorte Discursivo 3 (RD3) – “Ficou muito mais claro para todo mundo como é difícil ser professor”, bem como em “Quanto ao professor, será preciso trabalhar numa formação já para a volta às aulas, tem que estar preparado para um aluno, que não é mais o mesmo”.

Considerações (in) conclusivas

Mesmo que parte da sociedade negligencie a importância do ensino e da aprendizagem, é preciso pensar a Educação com base na complexidade dos processos pedagógicos existentes em detrimento das relações disciplinares de poder-saber, uma vez que sua constituição é materializada nos espaços escolares em formas de imposições, autoimpostas por parte de muitos educadores, impostas pelos professores ou aos professores. Trata-se de considerar, segundo Foucault, a regulação de uma prática do que significa ser professor, bem como da prática de ensino, que traz em seu bojo a produção de discursos (práticas) enquanto técnicas de (buscar) exercer o poder. Já as contribuições pecheutianas apontam para o fato de que nossa atenção pode se voltar para a história vista como resultado das lutas de classes e, sendo assim, é preciso



observar o modo como ideologias interpelam indivíduos em sujeitos. Mais do que mostrar que dois tipos de análise do discurso podem coabitar espaços similares de estudo, este texto buscou tecer gestos de provocação sobre as maneiras de subjetivar aquilo que somos, como nos vemos e como vemos o outro em meio a um contexto de dificuldades, exploração e precarização. Se os alunos não são mais os mesmos, imagina os professores! Afinal, um dos desafios educacionais mais graves é o de reconhecer que, do modo como as coisas têm sido efetuadas, podemos estar sendo mais excludentes que inclusivos...

REFERÊNCIAS

- BARONAS, R. L. Formação discursiva e discurso em Foucault e em Pêcheux: notas de leitura para discussão. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 5., 2011. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2011. p. 1-7.
- CALEJON, C.; VIZONI, A. **A ascensão do bolsonarismo no século XXI**. São Caetano do Sul: Lura, 2019.
- CASARA, R. R. R. **Bolsonaro: mito ou sintoma**. São Paulo: contracorrente, 2020.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**. Trad. Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- DEACON, Roger; PARKER, Ben. Educação como sujeição e como recusa. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 97-110.
- GORE, J. **Foucault e a educação: fascinantes desafios**. In: SILVA, T. T., (Org.). O sujeito da educação. Petrópolis, Vozes, 1994.
- FELTRIN, Ricardo. Análise: entenda porque Bolsonaro odeia tanto a Globo. **UOL**, 20 jul. 2020. Disponível em: <<<https://www.uol.com.br/splash/noticias/oops/2020/07/20/analise-entenda-porque-bolsonaro-tem-tanto-odio-da-globo.htm>>> Acesso em 19 jan. 2021.
- FERREIRA, Mauricio dos Santos; TRAVERSINI, Clarice Saete. A Análise Foucaultiana do Discurso como Ferramenta Metodológica de Pesquisa. **Educação & Realidade**, v. 38, n. 01, p. 207-226, jan./mar. 2013.
- FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **O Globo** [Verbetes temático]. Disponível em: <<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/globo-o>>> Acesso em 19 jan. 2021.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 5. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.



FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1998.

FOUCAULT, M. Verdade e Poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. e org.: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 1-14.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1986.

FURLANETO, A. COVID-19: especialistas discutem rumos da educação brasileira após fim do isolamento social. **O Globo**, s. p., 11 abr. 2020. Disponível em: <<<https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus-servico/covid-19-especialistas-discutem-rumos-da-educacao-brasileira-apos-fim-do-isolamento-social-1-24364206>>> Acesso em 18 jan. 2021.

GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2006.

GREGOLIN, Maria do Rosário. No diagrama da AD brasileira: heterotopias de Michel Foucault. In: NAVARRO, Pedro (Org.). **O discurso nos domínios da linguagem e da história**. São Carlos: Claraluz, 2008.

KORNIS, M. A. **Cinema, televisão e história**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LEANDRO FERREIRA, M. C. (Org.). **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: Instituto de Letras da UFRGS, 2001.

LECOURT, D. Sur l' archéologie et le savoir. *La penseé*, 152, 1970. Trad Bras.: FOUCAULT, M. et al (Orgs.). **O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1971.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. São Paulo: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, E. P. Entrevista com Eni Orlandi (por Maristela Cury Sarian). **Pensares em Revista**, n. 17, p. 8-17, 2020.

OYAMA, T. **Tormenta. O governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

PÊCHEUX, M. (1969). Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990, p. 61-161.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre [et.al.]. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999, p. 49-57.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. E. Orlandi et al. 4.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2009.



RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TATEMOTO, Rafael. 5 momentos em que a Rede Globo agiu a favor do golpe parlamentar: meios internacionais denunciam o papel das redes de comunicação no processo de desestabilização do governo Dilma. **Brasil de Fato**, s. p., 31 ago. 2016. Disponível em: <<<https://www.brasildefato.com.br/2016/08/31/5-momentos-em-que-a-rede-globo-agiu-a-favor-do-golpe-parlamentar>>> Acesso em 19 jan. 2021.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVEIRA, E. L. **Quanto vale um escravo hoje? A vulnerabilidade (des) fiscalizada, os rastros da necrobiopolítica e (a tentativa de controle d) o controle dos discursos na contemporaneidade**. 2020. 326 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SOUZA, J. Carlos A. **Gêneros e formatos na televisão brasileira**. São Paulo: Summus, 2004.

VAN DIJK, T. A. V. Como a Rede Globo manipulou o impeachment da presidente do Brasil, Dilma Rousseff. **Carta Maior**, s. p., 19 dez. 2016.

<<<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Como-a-Rede-Globo-manipulou-o-impeachment-da-presidente-do-Brasil-Dilma-Rousseff/12/37490>>> Acesso em 19 jan. 2021.